



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 2.534, DE 2025

Dispõe sobre Programa de combate ao cyberbullying contra pessoas com deficiência.

Autor: Deputado LEO PRATES

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.534, de 2025, de autoria do nobre Deputado Leo Prates, que institui o Programa de Combate ao Cyberbullying contra Pessoas com Deficiência, com o objetivo de criar estratégias voltadas à construção de um ambiente digital mais seguro e inclusivo, promovendo o respeito à diversidade e combatendo o assédio e o discurso de ódio dirigidos a pessoas com deficiência.

Na justificativa, o autor ressalta a necessidade de criação de canais de denúncia, campanhas de conscientização, sanções a infratores, mecanismos de acessibilidade nas plataformas digitais e a possibilidade de formação de um comitê multidisciplinar para monitorar a efetividade das ações implementadas.

O projeto não possui apensos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GERALDO RESENDE – PSDB/MS

O projeto foi distribuído para exame de mérito às Comissões de **Comunicação e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência**, e para avaliação dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD.

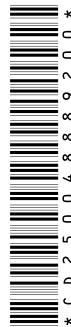
A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e o art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Após o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria neste colegiado.

É o relatório.

Apresentação: 28/11/2025 10:20:35.093 - CPD
PRL 2 CPD => PL 2534/2025

PRL n.2





II – VOTO DO RELATOR

A matéria enquadra-se no âmbito de competência desta Comissão, à qual compete analisar e emitir parecer sobre proposições voltadas à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O projeto é meritório e oportuno, considerando a crescente incidência de ataques virtuais e práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência, o que compromete o exercício pleno de sua cidadania e sua participação nos espaços digitais.

Ressalta-se, ainda, a sensibilidade e o comprometimento do Deputado Leo Prates ao apresentar a presente proposição, que demonstra atenção às demandas reais desse público e contribui de forma significativa para a construção de uma internet mais inclusiva, segura e respeitosa.

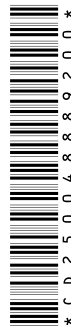
A Constituição Federal, em seus arts. 3º, IV, e 5º, caput, assegura a promoção do bem de todos, sem preconceitos e discriminações.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece a obrigação do Estado e da sociedade de garantir condições de igualdade e acessibilidade também nos meios digitais.

O combate ao cyberbullying direcionado a pessoas com deficiência é uma medida de justiça social e de garantia de direitos humanos.

A ausência de mecanismos específicos de proteção e de promoção da inclusão digital agrava o cenário de vulnerabilidade desse público.

O Substitutivo proposto aprimora a redação do projeto original, assegurando maior clareza normativa, adequação terminológica e alinhamento às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão.





A redação sugerida incorpora elementos essenciais para uma política pública efetivamente inclusiva, ao reconhecer que o ecossistema digital brasileiro é marcado por grande heterogeneidade tanto no perfil das pessoas com deficiência quanto na capacidade técnica das plataformas.

Trata-se de avanço necessário para evitar soluções genéricas ou inadequadas, que historicamente têm produzido barreiras adicionais em vez de reduzi-las.

Amplia-se o foco do programa para incluir a dimensão da educação digital, da acessibilidade e da governança cooperativa, com a participação da sociedade civil e do setor privado.

O texto também evita a previsão de sanções diretas fora do âmbito penal, priorizando mecanismos pedagógicos e preventivos de combate ao assédio digital.

A iniciativa reforça o compromisso do Parlamento com a dignidade, a segurança e a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente digital.

Por essas razões, somos favoráveis à iniciativa, propondo Substitutivo que aprimora a técnica legislativa e amplia a efetividade do texto original.

Diante do exposto, **voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.534, de 2025, nos termos do SUBSTITUTIVO anexo e pela aprovação do substitutivo adotado pela Comissão de Comunicação.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **GERALDO RESENDE**
Relator





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.534, DE 2025

Dispõe sobre Programa Nacional de combate ao cyberbullying contra pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Combate ao Cyberbullying contra Pessoas com Deficiência, com a finalidade de promover um ambiente digital seguro, inclusivo e acessível, prevenindo e enfrentando práticas de assédio, discriminação e discurso de ódio dirigidos a pessoas com deficiência.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se cyberbullying contra pessoas com deficiência toda forma de conduta hostil, discriminatória, injuriosa ou ofensiva praticada por meio de tecnologias digitais, plataformas de comunicação ou redes sociais.

Art. 3º O Poder Executivo deverá implementar, em articulação com os entes federativos e a sociedade civil, ações destinadas a:

- I – desenvolver campanhas permanentes de conscientização e educação digital;
- II – criar canais acessíveis de denúncia e acolhimento às vítimas;
- III – promover a capacitação de agentes públicos para identificação e enfrentamento de práticas de cyberbullying;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GERALDO RESENDE – PSDB/MS

Apresentação: 28/11/2025 10:20:35.093 - CPD
PRL 2 CPD => PL 2534/2025

PRL n.2

IV – estimular as plataformas digitais a adotar mecanismos de prevenção, moderação e resposta rápida a conteúdos discriminatórios;

V – assegurar a disponibilização de recursos de acessibilidade, incluindo intérpretes de Libras e legendas, nas plataformas digitais.

Art. 4º O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com plataformas digitais e com entidades representativas de pessoas com deficiência para a elaboração e a difusão de mensagens educativas sobre respeito, inclusão e cidadania digital, assegurada a utilização de recursos de acessibilidade compatíveis com as especificidades de cada serviço e com as diversas necessidades das pessoas com deficiência.

Art. 5º O Poder Executivo poderá instituir Comitê Nacional de Enfrentamento ao Cyberbullying contra Pessoas com Deficiência, de caráter consultivo, com representação paritária entre governo, sociedade civil, entidades representativas e especialistas em tecnologia e direitos humanos.

Art. 6º As medidas previstas nesta Lei poderão ser integradas a programas e políticas públicas já existentes no âmbito da inclusão digital e da proteção de direitos humanos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **GERALDO RESENDE**
Relator

